

RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
HP PREV SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
2º SEMESTRE 2016

Sumário

1.	Gestão de Ativo	5
1.1	Evolução do Patrimônio de Social - HP Prev	5
1.2	Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano - HP Prev	5
1.3	Aderência dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios	7
1.3.1	Limites de Alocação dos investimentos	7
1.3.2	Limites de Concentração de Investimentos	9
1.3.3	Aderência a Política de Investimentos HP Prev – Rebalanceamento dos Perfis de Investimentos	11
1.4	Aderência CGPC nº 21, 25 de setembro de 2006	14
1.5	Gestão de Riscos Financeiros	15
1.5.1	Monitoramento do Risco de Crédito	15
1.5.2	Monitoramento do Risco de Mercado	16
1.6	Alocação e Distribuição dos Ativos por Gestor de Investimentos	18
1.7	Rentabilidade dos Fundos	20
1.8	DNP – Divergência Não Planejada	23
1.9	Cota Contábil x Taxa Mínima Atuarial	25
1.10	Plano de Gestão Administrativa	26
1.11	Execução Orçamentária	27
1.11.1	Orçamento de Seguridade	27
2.	Gestão do Passivo	29
2.1.	Gestão Previdencial	30
3.	Governança	33
3.1.	Certificação, Habilitação e Qualificação dos agentes de Governança	33
4.	Gestão de Riscos e Controles Internos	35
4.1.	Acompanhamento dos Ofícios da Previc	36
4.2.	Acompanhamento dos Relatórios Circunstanciados	37
4.3.	Monitoramento das Obrigações Legais	38
5.	Recomendações emitidas pelo Conselho Fiscal	39
6.	Considerações finais	40

Manifestação do Conselho Fiscal

Em 26 de maio de 2017, nós Marcelo Augusto Baldassare de Souza, Renato Barbieri Baraglio e Mauro Borges Guaraciaba, membros efetivos do Conselho Fiscal da HP Prev - Sociedade Previdenciária, nos reunimos na sede da Patrocinadora Hewlett-Packard Brasil Ltda., situada na Alameda Rio Negro, 750 – Alphaville, Cidade de Barueri, estado de São Paulo, com o objeto de emitir o presente Parecer em atendimento aos art. 19º da Resolução MPS/CGPC nº 13/2004:

Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Este relatório tem por objetivo apresentar os exames efetuados, as considerações e recomendações deste Conselho para os itens analisados e está segregado em quatro tópicos:

1. Gestão do Ativo
2. Gestão do Passivo
3. Governança
4. Gestão de Riscos

Para a confecção deste relatório foram disponibilizados documentos suporte para subsidiar a análise da aderência da HP Prev em relação às obrigações legais e institucionais e na elaboração do relatório contamos com o auxílio da consultoria da Risk Office/Aditus.

Vale destacar que todos os documentos foram verificados e alguns foram replicados neste relatório com o intuito de melhor ilustrar as nossas considerações. Não foi possível anexarmos todos os documentos citados abaixo em função do volume que geraria, além disso, consideramos a disponibilidade de consulta dos mesmos na Entidade.

Listamos a seguir os documentos analisados:

- Acompanhamento Orçamentário;
- Apresentação Resultados Diretoria de julho a dezembro de 2016;
- Atas dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva;

- Balançetes mensais, por plano e o consolidado de julho a dezembro de 2016;
- Divergência Não Planejada e Relatórios de Justificativa Técnica;
- Documentos internos de controle dos riscos operacionais;
- Política de Investimento 2016;
- Relatórios Gerenciais para Riscos Legais, Crédito e Mercado;
- Parecer Atuarial dos Planos de Benefícios.

Como prática de gestão de riscos, controles internos e boa governança, para a avaliação dos assuntos mencionados, foram analisados os relatórios e documentos acima citados para verificação da aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos vigente, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária, bem como sobre o acompanhamento das etapas ou atividades realizadas na implementação dos processos de controles internos e gestão de riscos, elaboradas para atendimento da Resolução CGPC nº 13 de 2004.

Uma vez que suas patrocinadoras são da área de Tecnologia HP Prev opta por informar seus membros estatutários de forma interativa. Mensalmente recebemos e avaliamos o relatório elaborado pela Diretoria Executiva, contendo:

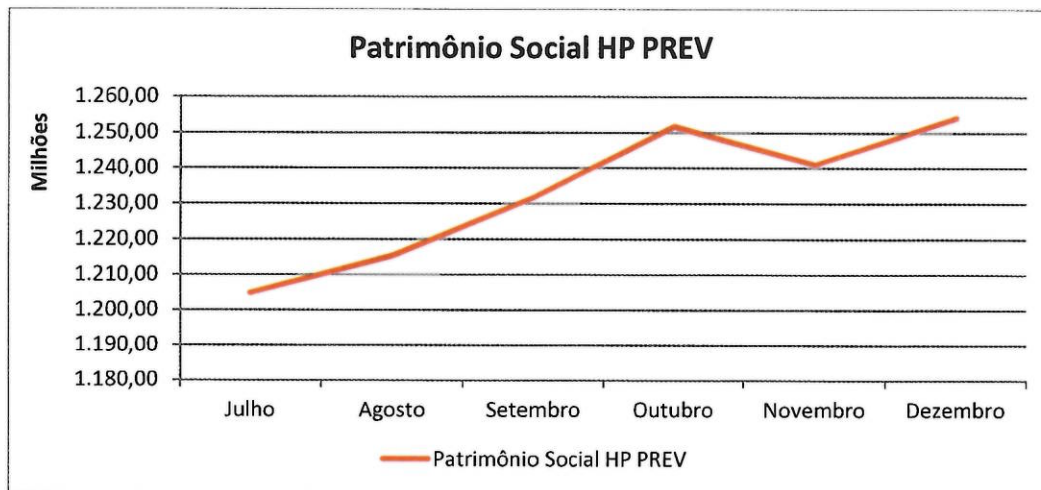
- Evolução do Patrimônio;
- Posição consolidada dos investimentos;
- Avaliação da performance dos fundos;
- Rentabilidade da cota contábil (mensal, anual e dos últimos 12, 24, 36, 48, 60 e desde o início do Plano).

E, mensalmente, é avaliado o relatório de acompanhamento da Política de Investimentos vigente. Além disto, anualmente nós conselheiros fiscais efetivos e suplentes somos convidados a participar da reunião com o atuário para a apresentação da Reavaliação Atuarial e aprovação das Demonstrações Contábeis. Estas atividades estão em consonância com os artigos 15, 16 e 19 da Resolução CGPC nº 13/2004 e estão evidenciadas na Entidade.

1. Gestão de Ativo

1.1 Evolução do Patrimônio de Social - HP Prev

O Patrimônio Social da Entidade é composto por duas variáveis, o Patrimônio de Cobertura do Plano e os Fundos. A evolução apresentada pelo Patrimônio Social da Entidade neste semestre foi positiva de aproximadamente 6,3%, apresentando em 31 de dezembro de 2016, um Patrimônio Social de R\$ 1,25 bilhão. Esse resultado positivo foi decorrente dos resultados da carteira de investimentos.

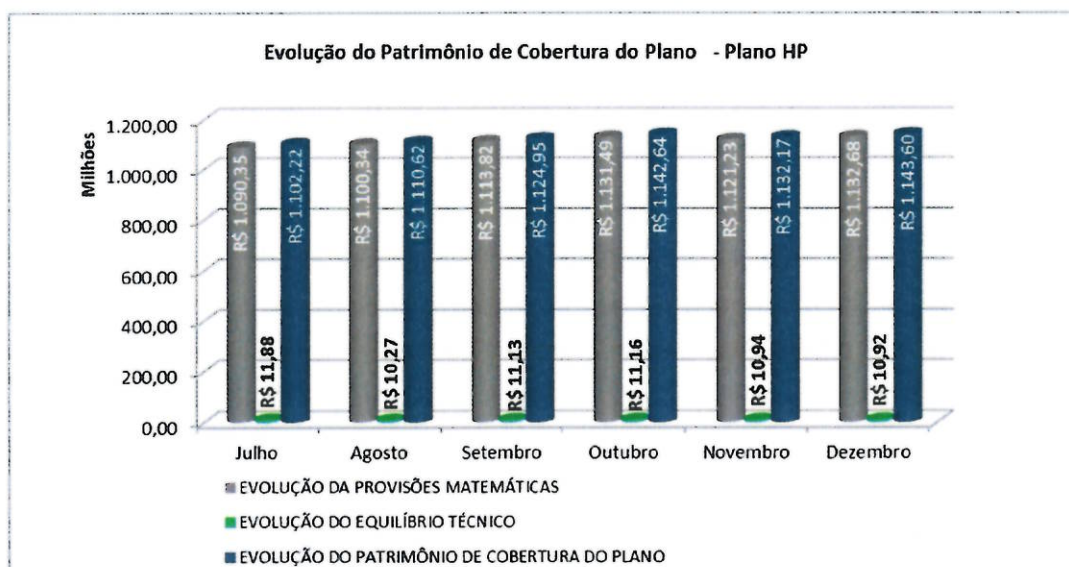


Fonte: Balancetes (julho a dezembro/2016)

1.2 Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano - HP Prev

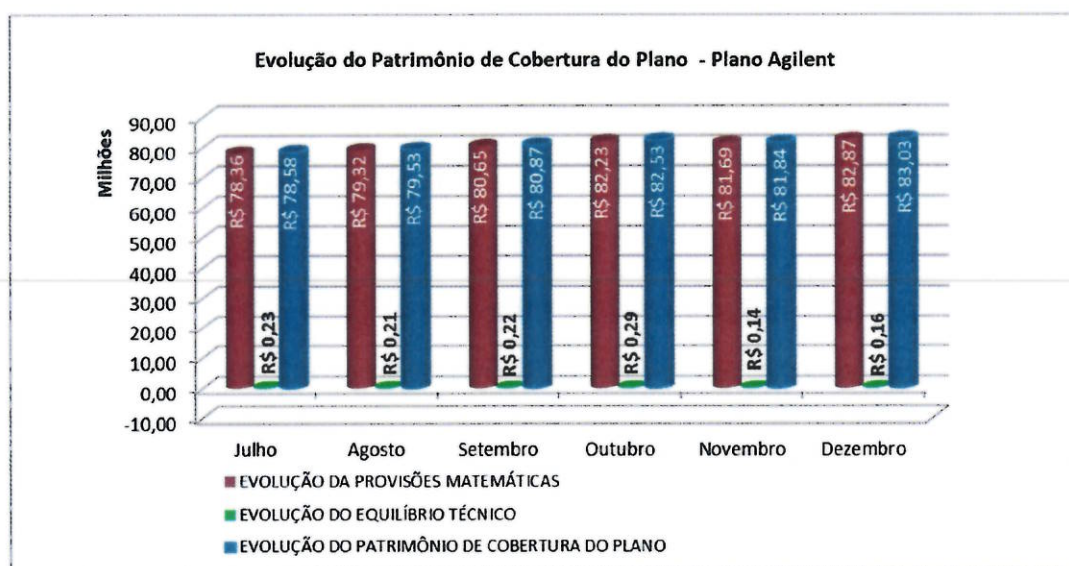
No gráfico a seguir podemos acompanhar, ao longo deste semestre, a evolução do Patrimônio de Cobertura dos Planos. O Patrimônio de Cobertura do Plano é constituído pelas Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico. As Provisões Matemáticas são os compromissos da Entidade em relação aos seus participantes, o que corresponde à soma de benefícios concedidos e a conceder. Já o Equilíbrio Técnico demonstra os resultados realizados, ou seja, superávit/déficit técnico acumulado.

A evolução apresentada pelo patrimônio de cobertura do Plano HP neste semestre foi positiva de aproximadamente 6%, equivalendo em 31 de dezembro de 2016 a R\$ 1.143.604.475,99.



Fonte: Balancetes (julho a dezembro/2016)

Já o Plano Agilent apresentou evolução positiva no Patrimônio de Cobertura do Plano de 8% neste semestre, com um superávit acumulado de R\$ 163.748,55.



Fonte: Balancetes (julho a dezembro/2016)

Conclusão do Conselho Fiscal

De acordo com as informações apuradas por meio dos balancetes dos planos HP, Agilent e consolidados, neste 2º semestre de 2016, os planos de benefícios administrados pela HP Prev encontram-se solventes e equilibrados no que diz respeito aos seus compromissos junto aos seus participantes.

1.3 Aderência dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios

De acordo com a Resolução CMN nº 3792/2009, que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios, devemos observar as diretrizes de aplicação dos recursos pelos Administradores, considerando cada plano de benefício e suas especificidades com foco na manutenção do equilíbrio entre os seus ativos e passivos.

Este conselho verificou que a HP Prev, em cumprimento a referida legislação, acompanha constantemente a conformidade da alocação dos recursos com as diretrizes estabelecidas, assim como a aderência dos mesmos à Política de Investimentos vigente. Este acompanhamento é realizado através dos relatórios de enquadramento fornecidos pelo Administrador Fiduciário BNY Mellon e pela consultoria financeira PPS Portfólio Performance, bem como, os relatórios gerenciais elaborados pela Entidade. A seguir demonstramos as análises realizadas em relação à alocação dos recursos garantidores administrados pela HP Prev, ao longo do 2º semestre de 2016.

1.3.1 Limites de Alocação dos investimentos

A resolução 3792/2009 em sua Seção I dispõe sobre os limites de alocação nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis, e operações com participantes. Desta forma, o presente Conselho verificou, com base nos Demonstrativos de Investimentos e Relatórios mensais de Enquadramento, fornecidos pela BNY Mellon, a composição da carteira da Entidade.

O Patrimônio da HP Prev está alocado entre os segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos no exterior e em investimentos estruturados. A seguir apresentamos a tabela com os limites estabelecidos na referida resolução e o gráfico da distribuição da carteira, nos referidos segmentos, com posição em 31 de dezembro de 2016.

Segmentos	Lim. 3792	
	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	20%	100%
Renda Variável	0%	70%
Investimentos Estruturados	0%	10%
Investimentos no Exterior	0%	10%

Fonte: Resolução CMN nº 3792/2009



Fonte: Relatório de Enquadramento BNYM (dezembro/2016)

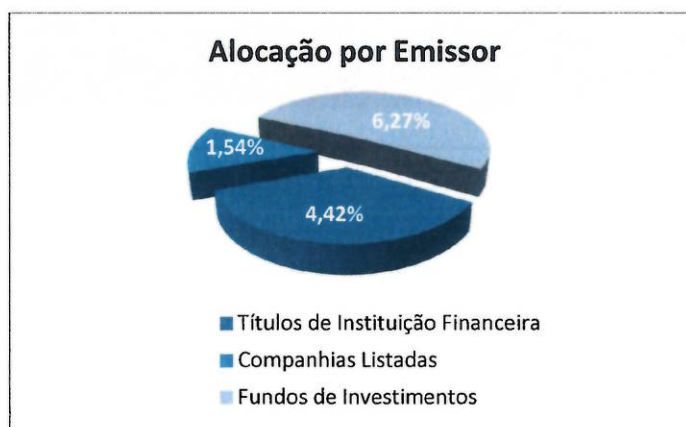
➤ **Limites de Alocação por emissor**

Na Seção II, a referida resolução estabelece que a Entidade deve observar os limites de alocação por emissor em relação aos recursos de cada plano por ela administrado, conforme demonstramos na tabela abaixo:

Limites Resolução nº 3792	
Alocação por Emissor	Lim. Max.
Tesouro Nacional	100%
Títulos de Instituição Financeira	20%
Companhias Listadas	10%
Fundos de Investimentos	10%

Fonte: Resolução CMN nº 3792/2009

Com base nos relatórios do administrador fiduciário, demonstramos no gráfico a seguir os percentuais de alocação por emissor com a posição de 31/12/2016 dos recursos administrados pela HP Prev.



Fonte: Relatório de Enquadramento BNYM (dezembro/2016)

1.3.2 Limites de Concentração de Investimentos

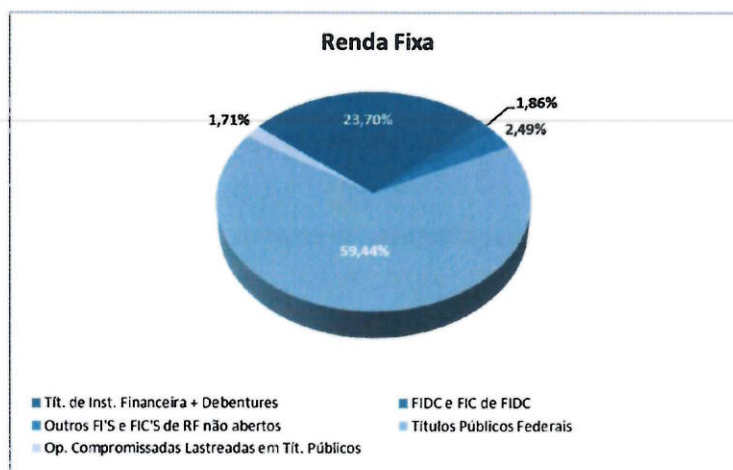
> Limites de Concentração por Segmento

Conforme já mencionado anteriormente a resolução CMN nº 3792/2009 em sua Seção I, dispõe sobre os segmentos de aplicação dos recursos dos planos administrados pela EFPC. E, na Seção II, classifica os tipos de papéis dentro de cada um dos segmentos, conforme tabela a seguir.

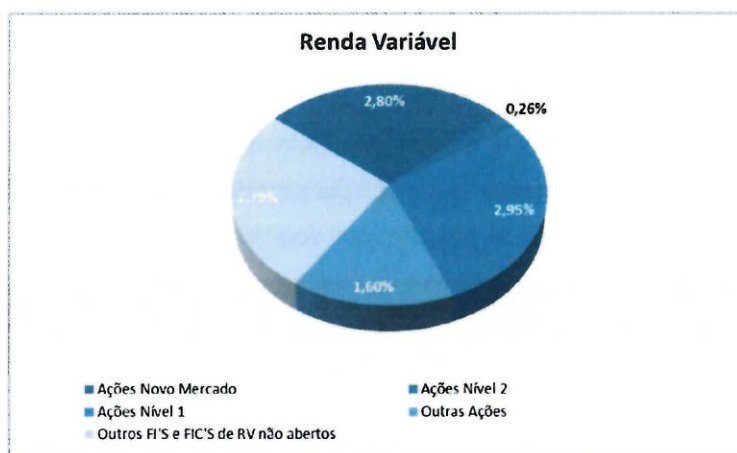
Renda Fixa	Lim. 3792	Renda Variável	Lim. 3792
Tít. de Inst. Financeira + Debentures	80%	Ações Novo Mercado	60%
FIDC e FIC de FIDC	20%	Ações Nível 2	60%
Outros FI'S e FIC'S de RF não abertos	100%	Ações Nível 1	45%
Títulos Públicos Federais	100%	Outras Ações	35%
Op. Compromissadas Lastreadas em Tít. Públicos	100%	Outros FI'S e FIC'S de RV não abertos	35%
Investimentos Estruturados		Investimentos no Exterior	
Ativos no Exterior através de Fundos não Exclusivos	10%	Ativos no Exterior através de Fundos não Exclusivos	10%

Fonte: Resolução CMN nº 3792 de 2009

Sendo assim, este conselho avaliou a alocação mês a mês dos tipos de papéis nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos no exterior e investimentos estruturados por plano de benefício e Entidade, comparando-os com os limites estabelecidos na Resolução 3792/2009. A seguir apresentamos a posição do mês de dezembro, baseado no Relatório de Enquadramento elaborado pelo Administrado Fiduciário BNY Mellon.



Fonte: Relatório de Enquadramento BNYM dezembro/2016



Fonte: Relatório de Enquadramento BNYM dezembro/2016

Para os segmentos de investimentos no exterior e investimentos estruturados demonstramos nos gráficos a seguir a posição mês a mês, referente ao 2º semestre de 2016.



Fonte: Relatório de Enquadramento BNYM (julho a dezembro/2016)



Fonte: Relatório de Enquadramento BNYM (julho a dezembro/2016)

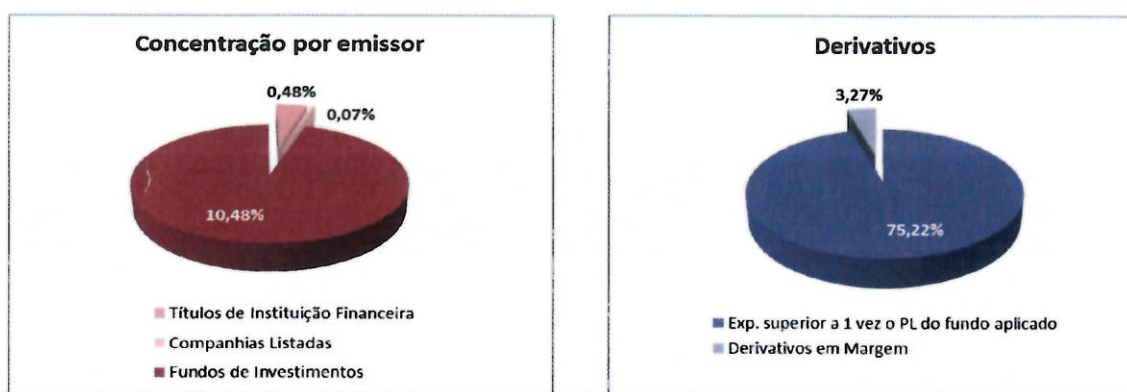
➤ **Limites de Concentração por Emissor, por Investimento e em Derivativos**

Ainda no que diz respeito aos limites de concentração a resolução CMN nº 3792/2009, no Capítulo VII nas Seções III e IV e Capítulo VIII e IX, dispõe sobre os percentuais do Patrimônio Líquido que podem ser aplicados em cada uma das modalidades, conforme tabela abaixo.

Limites de Concentração Resolução nº 3792					
Concentração por Emissor	Lim. Max.	Derivativos	Lim. Max.	Concentração por Investimento	Lim. Max.
Títulos de Instituição Financeira	25%	Exp. superior a 1 vez o PL do fundo aplicado	100%	Valores Mobiliários por Série	25%
Companhias Listadas	25%	Margem	15%		
Fundos de Investimentos	25%	Prêmios Pagos	5%		

Fonte: Resolução CMN nº 3792/2009

Diante do exposto, analisamos os Relatórios de Composição para Enquadramento do 2º semestre de 2016, fornecidos pela BNY Mellon e constatamos que não houve desenquadramentos em relação ao limite máximo de concentração (%), conforme demonstrado nos gráficos a seguir:



Fonte: Relatório de Enquadramento BNYM (dezembro/2016)

Com relação à **concentração por investimentos** neste semestre o percentual alocado manteve-se em 5,69%, portando dentro do limite de 25% estabelecido pela resolução nº 3792.

1.3.3 Aderência a Política de Investimentos HP Prev – Rebalanceamento dos Perfis de Investimentos

A Política de Investimentos da HP Prev, em seu item 2.8.1, determina que a cada trimestre seja observada à necessidade ou não de um rebalanceamento na alocação de renda fixa de acordo com o critério abaixo:

Com o objetivo de evitar que as alocações de cada perfil de investimentos se mantenham em níveis muito distantes do ponto médio de alocação definido para cada um, a HP Prev estabeleceu



que no 5º dia útil de cada trimestre (abril, julho, outubro e janeiro) a Entidade deve ajustar as alocações em renda fixa para o ponto médio determinado. Adicionalmente, a qualquer momento que as alocações no segmento de renda fixa atingirem os limites da banda determinada, a HP Prev deve realizar o rebalanceamento até o terceiro 5º dia útil subsequente a data de verificação. Na tabela abaixo seguem os limites a serem observados para cada perfil.

Perfil de Investimento	Ponto Médio				Banda de Rebalanceamento Alocação em Renda Fixa	
	Renda Fixa	Renda Variável	Inv. Estruturados	Inv. Exterior	Mínimo	Máximo
Conservador	92,50%	5,75%	-	1,75%	91%	94%
Moderado	75,00%	21,50%	-	3,50%	72%	78%
Agressivo	50,00%	42,50%	2,50%	5,00%	45%	55%

Fonte: Política de Investimentos – 2016

Assim sendo este conselho verificou que a HP Prev apurou e apresentou, nos relatórios mensais da Diretoria, os percentuais de alocação por perfil, e de acordo com o previsto na PI. Nas tabelas a demonstramos a posição das carteiras em 31/07/2016 e 31/10/2016.

Rebalanceamento do perfil de investimentos – Julho/2016

HP PREV	Perfil de Investimento		
	Conservador	Moderado	Agressivo
Renda Fixa (%)	91,92%	73,60%	48,15%
Renda Variável (%)	7,92%	24,01%	45,27%
Investimentos no Exterior (%)	-	-	1,07%
Investimentos Estruturados (%)	0,16%	2,38%	5,51%
Limite Trimestral	ENQUADRADO	ENQUADRADO	ENQUADRADO

Fonte: Relatório Gerencial Carteira_Perfil_Gestor (Julho/2016)

Rebalanceamento do perfil de investimentos – Outubro/2016

HP PREV	Perfil de Investimento		
	Conservador	Moderado	Agressivo
Renda Fixa (%)	92,62%	75,28%	49,91%
Renda Variável (%)	7,20%	24,17%	46,05%
Investimentos no Exterior (%)	-	-	1,57%
Investimentos Estruturados (%)	0,18%	0,55%	2,47%
Limite Trimestral	ENQUADRADO	ENQUADRADO	ENQUADRADO

Fonte: Relatório Gerencial Carteira_Perfil_Gestor (Dezembro/2016)

Vale ressaltar que somente no mês de outubro foi necessário realizar ajuste para o ponto médio a alocação entre os segmentos.

Conclusão do Conselho Fiscal

Podemos observar que com relação à alocação e concentração dos investimentos e a aderência à Política de Investimentos, a HP Prev está mantendo a gestão de recursos, por plano, em atendimento às Diretrizes da Resolução CMN nº 3.792 de 24.09.2009, bem como, às instruções normativas ou decretos que publicados com o objetivo de regulamentar a referida resolução ou substituí-la.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several fluid, connected strokes.

1.4 Aderência CGPC nº 21, 25 de setembro de 2006

A resolução CGPC nº 21 dispõe sobre “operações de compra ou venda de títulos e valores mobiliários do segmento de renda fixa dos planos de benefícios operados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar”, e estabelece que cabe a Entidade observar ou determinar que sejam observados critérios de apuração do valor de mercado ou intervalo referencial de preços máximos e mínimos dos ativos financeiros negociados na carteira.

Para fins adequação a referida resolução, este conselho constatou que a Entidade recebe relatórios diários do seu administrador fiduciário, com todas as movimentações de compra e venda, com os limites mínimos e máximos descritos por ativos e o status da operação, além disso, faz controle gerencial destas operações.

Conclusão do Conselho Fiscal

Observamos com base nos relatórios elaborados pelo administrador fiduciário BNY Mellon, que neste semestre não houve desenquadramentos nos valores de compras e vendas, não sendo necessário, emissão de relatório circunstanciado.

1.5 Gestão de Riscos Financeiros

1.5.1 Monitoramento do Risco de Crédito

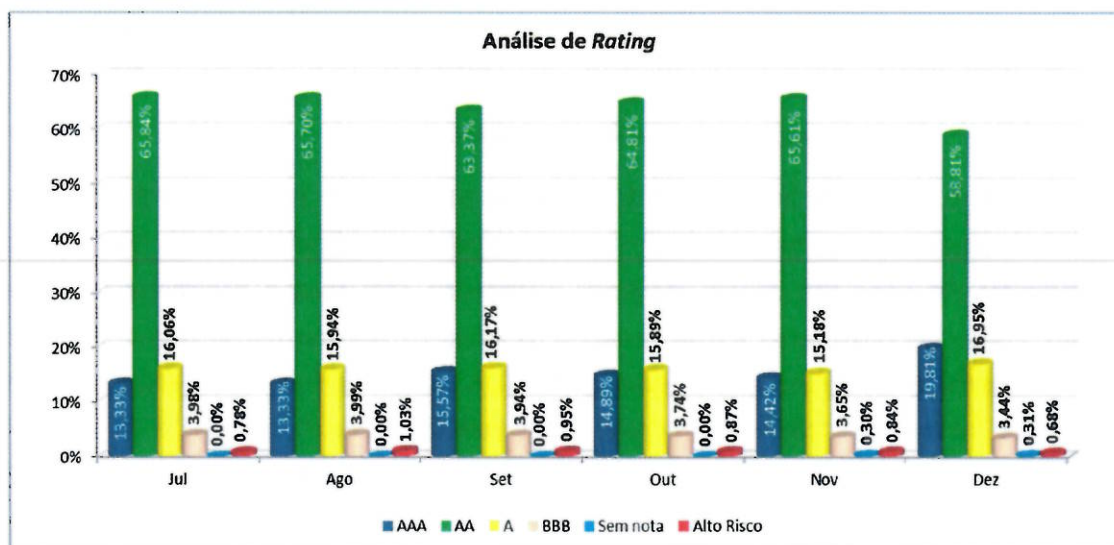
De acordo com Política de Investimentos da HP Prev, no item 2.15.2, o controle do risco de crédito se baseará nas classificações de rating, proferidas por agências de rating autorizadas a funcionar no Brasil, nos limites de concentração estabelecidos na resolução nº 3792 de 2009 e no nível de risco, conforme tabela de classificação abaixo. Lembrando que ativos classificados com alto risco não são autorizados.

Nível de Risco Considerado	Rating
Baixo	De AAA a AA-
Médio	De A+ a BBB-
Alto	De BBB- ao mínimo

Fonte: Política de Investimentos - 2016

A seguir apresentamos as análises e variações de rating ocorridas no semestre, com base nos relatórios fornecidos pelo Administrador Fiduciário BNY Mellon, assim como a análise em relação ao enquadramento do risco de crédito.

➤ Análise de Rating



Fonte: Relatório Mensal Risco Performance BNYM (julho a dezembro/2016)

Observando as informações referentes ao 2º semestre de 2016, constatamos que em dezembro aproximadamente 0,68% do total ativo foi classificado como sendo alto risco de crédito, ativos não autorizados pela PI vigente.



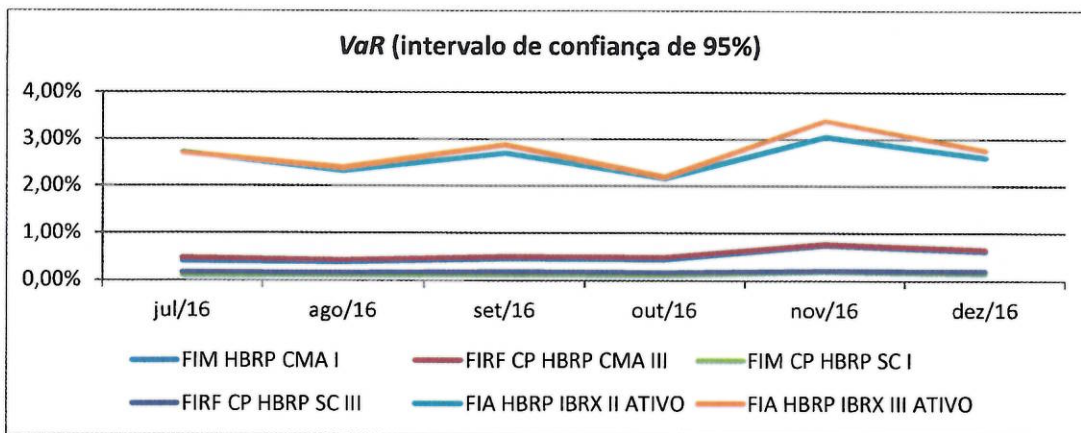
Diante do exposto, com base nos relatórios disponibilizados pelo administrador fiduciário BNY Mellon e informações fornecidas pela Diretoria Executiva, identificamos que os ativos classificados como alto risco referem-se aos ativos já mencionados no relatório do semestre passado, sendo estes: Debênture CTAP13, Debênture TGMA11, Debênture LBRA11 e Debêntures do fundo condominial INST ACTIVE FIX IB R, sob gestão do Itaú Unibanco que serão mantidas na carteira até os seus vencimentos.

Além disso, identificamos neste semestre que as Debêntures TEPE11, TEPE21, TEPE31 e TEPE41 do emissor Termelétrica Pernambuco III tiveram a sua nota de risco rebaixada em 08/09/2016, passando da condição de baixo/médio risco para alto. Com base no relatório circunstanciado emitido em dezembro de 2016 pela Diretoria Executiva, a HP Prev manterá essas debêntures na carteira de investimentos, cujo gestor é Western Asset, uma vez que o volume de recursos investido no fundo SC III representa aproximadamente 0,2950% do PL total do mesmo, equivalente a R\$ 149,6 MM e no fundo CMA III representa 0,6712% do PL total do mesmo, equivalente a R\$ 366,1 MM.

Vale ressaltar que estas medidas estão em consonância com a Política de Investimentos vigente, em seu item 2.15.2 e que de acordo com a declaração da Diretoria Executiva a HP Prev segue acompanhando constantemente junto aos seus gestores com o auxílio da BNY Mellon e da consultoria PPS, a volatilidade de rating dos papéis que compõem a carteira de investimentos.

1.5.2 Monitoramento do Risco de Mercado

A Política de Investimentos no item 2.15.1 estabelece que a gestão e o acompanhamento do Risco de Mercado, sejam realizados com base em um modelo de cálculo de risco. Compete ao Administrador Fiduciário BNY Mellon monitorar diariamente esse risco e apresentar relatórios mensais. Foram disponibilizados a este Conselho os relatórios mensais denominados "Relatório Mensal Risco/Performance" de julho a dezembro de 2016. Esses relatórios demonstram o cálculo do *VaR* dos fundos, utilização de derivativos, *stress testing*, análise de cenários e de rating. A seguir apresentamos o gráfico com a evolução do *VaR* por fundo de investimento, referente ao 2º semestre de 2016.



Fonte: Relatório Gerencial BNY/Dezembro 2016

Conclusão do Conselho Fiscal

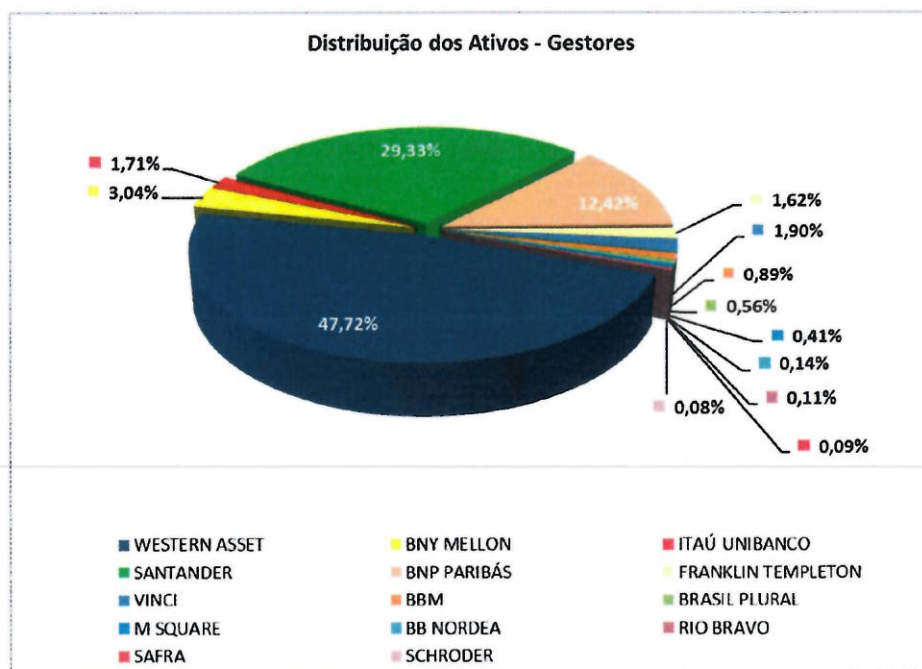
Analisando as informações dos relatórios de acompanhamento disponibilizados, pudemos observar os limites de risco medidos de diversas formas estão em conformidade com a Política de Investimentos da Entidade, o que demonstra que os gestores estão cumprindo seus mandados.



1.6 Alocação e Distribuição dos Ativos por Gestor de Investimentos

Conforme já mencionamos em relatórios anteriores a gestão da carteira de investimentos administrada pela HP Prev é terceirizada e ao final de dezembro de 2016 encontra-se distribuída conforme demonstrado na tabela e gráfico a seguir.

Gestor	% P.L.	Gestor	% P.L.
WESTERN ASSET	47,72%	BBM	0,89%
SANTANDER	29,33%	BRASIL PLURAL	0,56%
BNP PARIBÁS	12,42%	M SQUARE	0,41%
BNY	3,04%	BB NORDEA	0,14%
VINCI	1,90%	RIO BRAVO	0,11%
ITAÚ UNIBANCO	1,71%	SAFRA	0,09%
F.T.	1,62%	SCHRODER	0,08%



Fonte: Relatório Gerencial da Entidade – Carteira Total, posição dezembro/2016

Com base nas informações acima podemos concluir que aproximadamente 89% do Patrimônio está concentrado nos gestores Western Asset, Santander e BNP. E, constatamos que neste semestre houve a aprovação de mais 3 (três) instituições financeiras autorizadas a receber recursos em fundos não exclusivos: Schroder Investment e Safra Asset Management (Investimentos Estruturados) e o M Square (Renda variável), esta aprovação se deu por meio das atas do Conselho Deliberativo, datadas em 25/02/2016 e 16/03/2016, respectivamente, totalizando 14 (quatorze) diferentes gestores.

Além disso, podemos observar que houve a venda total das cotas do fundo de investimento de multimercado sob a gestão do Claritas e, a substituição do custodiante Itaú Unibanco pela BNY Mellon. Este processo foi acompanhado pela consultoria PPS Portfólio Performance que avaliou os aspectos de controles, custo e governança e formalizado por meio da ata do Conselho Deliberativo datada em 28/10/2016.

Conclusão do Conselho Fiscal

De acordo com os relatórios disponibilizados constatamos que a Entidade mantém a estratégia de diversificação do portfólio da carteira de investimentos, com o auxílio dos estudos realizados pela consultoria financeira. Ressaltamos que é importante que a HP Prev continue acompanhando seus investimentos e os movimentos do mercado e que ações sejam tomadas sempre que necessário.



1.7 Rentabilidade dos Fundos

A partir dos Relatórios produzidos pelo Administrador Fiduciário BNY Mellon, podemos verificar a rentabilidade líquida da cota dos fundos exclusivos e dos fundos condominiais por gestor contratado. Nos quadros a seguir demonstramos a rentabilidade obtida por gestor comparativamente ao benchmark.

Podemos observar que no acumulado do ano de 2016, todos os fundos exclusivos superaram a meta do benchmark, de acordo com o relatório de justificativa técnica da Diretoria Executiva, “2016 foi um ano de recuperação para os investimentos em ações, a bolsa brasileira voltou a ser destaque positivo, o que não acontecia há bastante tempo, em função da expectativa de melhora no cenário político. O IBrX-100 do ano subiu 36,69%, a maior alta anual desde 2012, motivado pela troca de governo Temer”.

Com relação aos fundos abertos, os investimentos de renda variável sob gestão do Itaú superaram seu benchmark. Na análise dos demais fundos de renda variável, constatamos que a maioria performou abaixo do seu benchmark com exceção do M Square que apesar de estar acima obteve rentabilidade negativa no acumulado do ano.

Os fundos de investimento no exterior, com exceção do SCHRODER que passou a compor a carteira a partir de outubro de 2016, fecharam o ano acima do benchmark, porém com rentabilidade negativa por conta da variação do dólar. E por fim, o fundo de investimento estruturado sob gestão do Safra ficou ligeiramente abaixo da meta com rentabilidade positiva.

▪ Rentabilidade da cota dos fundos e carteiras por gestor – Fundos Exclusivos

Gestor	BNYM		Bench		BNP	WA		Bench		SANTANDER	WA		Bench		F.T.	WA		Bench
	HP-ALIM	IGPDI + 4,5%	SC I	SC III		60% IMA-S 40% IMA-B5	CMA I	CMA III	10% IMA-S 45% IMA-B 45% IRFM		IBRX II	IBRX III	IBRX					
jan/16	1,44%	1,22%	1,42%	2,35%	1,82%	1,96%	2,76%	2,22%	-4,92%	-5,51%	-6,25%							
fev/16	1,56%	1,29%	1,17%	1,43%	1,20%	1,79%	2,05%	1,81%	4,12%	5,13%	5,29%							
mar/16	1,21%	0,84%	1,37%	1,13%	0,98%	4,21%	4,07%	4,05%	13,04%	14,36%	15,41%							
abr/16	0,95%	0,74%	1,19%	1,65%	1,24%	3,42%	3,74%	3,43%	6,97%	5,80%	7,14%							
mai/16	1,16%	1,47%	0,77%	0,75%	0,98%	0,31%	0,09%	0,19%	-8,74%	-8,66%	-9,41%							
jun/16	1,08%	2,00%	1,26%	1,13%	1,07%	1,96%	1,90%	1,95%	5,69%	5,53%	6,48%							
jul/16	0,98%	0,07%	1,60%	1,19%	1,15%	1,88%	1,92%	1,83%	11,48%	11,42%	11,31%							
ago/16	1,13%	0,80%	1,42%	1,17%	1,16%	1,03%	1,05%	0,96%	1,95%	2,20%	1,12%							
set/16	0,88%	0,67%	1,33%	1,40%	1,21%	1,85%	1,85%	1,70%	0,93%	0,52%	0,60%							
out/16	0,68%	0,48%	0,99%	0,91%	0,81%	1,04%	1,10%	0,94%	11,52%	11,32%	10,75%							
nov/16	0,86%	0,50%	0,75%	0,41%	0,65%	-0,35%	-0,64%	-1,07%	-4,78%	-5,04%	-5,00%							
dez/16	0,79%	1,18%	1,31%	1,27%	1,22%	2,41%	2,21%	2,25%	-2,80%	-3,08%	-2,55%							
1ºT	4,26%	3,39%	4,01%	4,98%	4,05%	8,14%	9,13%	8,28%	11,91%	13,61%	13,92%							
% Bench	25,82%		-0,84%	23,04%		-1,70%	10,23%		-14,48%	-2,27%								
2ºT	3,22%	4,27%	3,25%	3,58%	3,33%	5,77%	5,81%	5,64%	3,18%	1,98%	3,35%							
% Bench	75,40%		97,52%	107,44%		2,45%	3,08%		-5,03%	-40,81%								
3ºT	3,03%	1,55%	4,41%	3,81%	3,57%	4,83%	4,90%	4,56%	14,70%	14,46%	13,24%							
% Bench	95,17%		23,78%	6,74%		6,11%	7,51%		11,07%	9,21%								
4ºT	2,36%	2,17%	3,08%	2,62%	2,70%	3,11%	2,68%	2,11%	3,21%	2,46%	2,53%							
% Bench	8,45%		14,06%	-3,20%		47,72%	26,90%		27,10%	-2,82%								
Rank	n/a		1	2		1	2		1	2								
ANO	13,49%	11,85%	15,59%	15,83%	14,35%	23,65%	24,37%	22,12%	36,70%	35,87%	36,69%							
% Bench	13,81%		8,59%	10,26%		6,93%	10,16%		0,01%	-2,25%								

Fonte: Relatório Gerencial de Rentabilidade dos Fundos dezembro/2016



▪ Rentabilidade da cota dos fundos e carteiras por gestor – Fundos Abertos

Gestor	ITAÚ		SAFRA GALILEO	SCHRODER	CDI	BBM	Bench	VINCI GAS	Bench	Claritas	BB Nordea	Rio Bravo	M Square	Bench	VINCI SELECTION	Brasil Plural	Bench
	FUNDO ACTIVE	FUNDO REFERENCIADO	FUNDS	FUNDS	FUNDS	FUNDS	SMILL	FUNDS	IDIV	FUNDS	FUNDS	FUNDS	FUNDS	MSCI	FUNDS	FUNDS	IBOVESP A
jan/16	1,10%	1,06%			1,06%	-5,01%	-8,41%	0,75%	-9,53%	-6,55%				-2,73%			
fev/16	1,02%	1,00%			1,00%	4,15%	4,66%	0,77%	8,19%	-0,69%				-2,51%	8,04%		16,97%
mar/16	1,22%	1,16%	1,19%		1,16%	5,84%	11,37%	8,50%	20,53%	-5,63%				-4,74%	5,32%		7,70%
abr/16	1,12%	1,07%	2,77%		1,05%	5,57%	5,49%	6,19%	12,40%	-2,77%	-2,93%			-1,70%	-3,27%		-10,09%
mai/16	1,09%	1,12%	0,97%		1,11%	-6,33%	-4,15%	-2,57%	-11,82%	4,94%	6,31%	3,31%		4,91%	4,06%		6,30%
jun/16	1,15%	1,17%	0,25%		1,16%	3,22%	9,00%	2,34%	7,69%	-13,86%	-11,44%	-14,11%		-12,76%	7,00%	4,67%	6,30%
jul/16	1,13%	1,13%	1,40%		1,11%	11,93%	14,60%	7,47%	12,71%	5,08%	4,53%	5,23%	1,07%	5,26%	7,00%	8,72%	11,22%
ago/16	1,22%	1,22%	1,02%		1,21%	0,22%	0,18%	0,60%	1,84%	-0,56%	-1,93%	-0,10%	-1,83%	-0,36%	0,24%	-1,33%	1,03%
set/16	1,13%	1,11%	1,79%		1,11%	0,44%	0,18%	0,03%	-0,24%	-0,15%	-0,24%	0,27%	-0,66%	0,84%	-0,37%	0,65%	0,80%
out/16	1,04%	1,11%	1,74%	-0,23%	1,05%	11,10%	7,01%	4,56%	14,86%	-2,99%	-4,73%	4,32%	4,32%	-3,85%	5,53%	12,50%	11,24%
nov/16	1,02%	1,04%	-1,93%	0,84%	1,04%	-6,03%	-8,51%	-5,76%	-2,21%	7,77%	6,10%	6,10%	-6,84%	7,91%	-4,32%	-4,70%	-4,65%
dez/16	1,12%	1,12%	3,22%	1,79%	1,12%	-1,30%	-0,54%	-1,62%	-0,88%	-2,22%	-2,70%	-2,70%	-0,52%	-1,86%	-0,27%	-4,91%	-2,71%
1ºT	3,37%	3,24%	1,19%	0,00%	3,25%	4,71%	6,75%	10,16%	17,98%	-12,42%	0,00%	0,00%	0,00%	-9,66%	8,04%	0,00%	16,97%
% Bench	3,58%	-0,26%	-63,31%	-100,00%		-30,26%		-43,49%		28,57%	-100,00%	-100,00%	-100,00%		-52,62%	-100,00%	
2ºT	3,40%	3,39%	4,03%	0,00%	3,36%	2,07%	10,21%	5,88%	6,74%	-12,11%	8,60%	-11,27%		-10,04%	6,01%	4,67%	2,94%
% Bench	10,107%	0,98%	19,78%	-100,00%		20,24%		-12,79%		20,62%	-14,33%	12,28%	-100,00%		104,58%	58,84%	
3ºT	3,52%	3,49%	4,26%	0,00%	3,47%	12,67%	15,01%	8,15%	14,51%	4,33%	2,26%	5,41%	-1,43%	5,77%	6,86%	7,97%	13,27%
% Bench	1,56%	0,70%	22,74%	-100,00%		-15,59%		-43,86%		-24,88%	-60,79%	-6,18%	-124,87%		-48,30%	-39,99%	
4ºT	3,21%	3,31%	2,99%	2,40%	3,24%	3,04%	-2,63%	3,06%	11,34%	2,24%	-1,64%	-1,64%	-3,32%	1,83%	0,70%	1,94%	3,19%
% Bench	-0,98%	1,94%	-7,81%	-26,06%		-215,55%		-127,01%		22,36%	-189,95%	-189,95%	-281,72%		-78,17%	-38,98%	
ANO	14,20%	14,13%	13,03%	2,40%	14,01%	24,07%	31,75%	22,27%	60,54%	-17,90%	8,07%	8,01%	-4,71%	-12,47%	23,25%	15,21%	40,74%
% Bench	1,38%	0,88%	-6,95%	-82,88%		-24,21%		-63,22%		43,49%	-35,30%	-35,80%	-62,45%		-42,93%	-62,67%	

Fonte: Relatório Gerencial de Rentabilidade dos Fundos dezembro/2016

Conclusão do Conselho Fiscal

Este conselho verificou que a HP Prev acompanha a performance destes investimentos mês a mês, por meio de relatórios frequentes, bem como, reunindo-se regularmente com os respectivos gestores com o objetivo de acompanhar as ações de gestão.

1.8 DNP – Divergência Não Planejada

De acordo com a Instrução Previc nº 2, de 18 de maio de 2010, a Entidade Fechada de Previdência Complementar é obrigada informar a PREVIC, semestralmente, nas datas 30 de setembro e 31 de março, um relatório de Monitoramento de Divergência não Planejada (DNP), informando o resultado entre a taxa mínima atuarial do plano ou índice de referência contra a rentabilidade por segmento para o período analisado. Além disso, a Entidade deve elaborar no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, o relatório justificativa técnica e relatório de providências adotadas.

Como mecanismo de controle para adequação da referida legislação a Entidade adotou Relatório de Divergência Não Planejada, elaborado pelo Administrador Fiduciário BNY Mellon mensalmente, apresentamos a seguir a tabela com a DNP do 2º semestre de 2016, acumulado dos últimos 12 e 36 meses dos planos administrados pela HP Prev.

Rentabilidade Acumulada - Plano HP									
Julho			Agosto			Setembro			
	12 Meses	36 Meses	Status	12 Meses	36 Meses	Status	12 Meses	36 Meses	Status
Plano de Benefício	-1,1109%	-5,4663%	Desenquadrado	2,2451%	-3,1582%	Desenquadrado	5,7521%	-2,0477%	Desenquadrado
Renda Fixa	-1,3697%	-1,8190%	Desenquadrado	-0,9908%	-1,3936%	Desenquadrado	-0,9922%	-1,4624%	Desenquadrado
Renda Variável	-1,8550%	-3,7287%	Desenquadrado	-2,3163%	-3,0787%	Desenquadrado	-3,2724%	-3,4386%	Desenquadrado
Outubro			Novembro			Dezembro			
	12 Meses	36 Meses	Status	12 Meses	36 Meses	Status	12 Meses	36 Meses	Status
Plano de Benefício	8,0207%	-1,2850%	Desenquadrado	7,7872%	0,0290%	OK	8,2124%	1,0527%	OK
Renda Fixa	-0,8228%	-1,3516%	Desenquadrado	-0,7528%	-1,2180%	Desenquadrado	-0,7760%	-1,3307%	Desenquadrado
Renda Variável	-3,4867%	-4,7263%	Desenquadrado	-4,1409%	-5,1143%	Desenquadrado	-5,2469%	-4,7686%	Desenquadrado
Rentabilidade Acumulada - Plano AGILENT									
Julho			Agosto			Setembro			
	12 Meses	36 Meses	Status	12 Meses	36 Meses	Status	12 Meses	36 Meses	Status
Plano de Benefício	-0,3974%	-5,0206%	Desenquadrado	3,0653%	-2,8177%	Desenquadrado	6,6546%	-1,7991%	Desenquadrado
Renda Fixa	-0,8166%	-1,2653%	Desenquadrado	-0,3987%	-0,8575%	Desenquadrado	-0,3345%	-0,9012%	Desenquadrado
Renda Variável	-1,9291%	-3,7080%	Desenquadrado	-2,4317%	-3,0951%	Desenquadrado	-3,3864%	-3,4255%	Desenquadrado
Outubro			Novembro			Dezembro			
	12 Meses	36 Meses	Status	12 Meses	36 Meses	Status	12 Meses	36 Meses	Status
Plano de Benefício	9,2696%	-0,8934%	Desenquadrado	8,8167%	0,1711%	OK	9,2458%	1,2319%	OK
Renda Fixa	-0,1418%	-0,7929%	Desenquadrado	-0,1360%	-0,7229%	Desenquadrado	-0,0557%	-0,7606%	Desenquadrado
Renda Variável	-3,6323%	-4,7379%	Desenquadrado	-4,3103%	-5,1491%	Desenquadrado	-5,4059%	-4,7855%	Desenquadrado
Rentabilidade Acumulada - Plano PGA									
Julho			Agosto			Setembro			
	12 Meses	36 Meses	Status	12 Meses	36 Meses	Status	12 Meses	36 Meses	Status
Plano de Benefício	-0,0065%	-4,3168%	Desenquadrado	-0,0687%	-2,6288%	Desenquadrado	0,1483%	-1,6538%	Desenquadrado
Renda Fixa	-0,0065%	0,1233%	OK	-0,0687%	0,3790%	OK	0,1483%	0,2200%	OK
Outubro			Novembro			Dezembro			
	12 Meses	36 Meses	Status	12 Meses	36 Meses	Status	12 Meses	36 Meses	Status
Plano de Benefício	0,1392%	-1,4866%	Desenquadrado	0,1846%	0,3277%	OK	0,1869%	0,3604%	OK
Renda Fixa	0,1392%	0,2375%	OK	0,1846%	0,3938%	OK	0,1869%	0,3604%	OK

Fonte: Relatório de Divergência Não Planejada BNYM – julho a dezembro/2016

Com base nas informações apuradas podemos constatar que nos três Planos, o percentual negativo vem diminuindo no acumulado de 36 meses. De acordo com a justificativa técnica analisada, este conselho verificou que a ocorrência da DNP com percentual negativo no acumulado deve se “a influência do ano de 2015, quando os resultados não atingiram a meta em função dos acontecimentos políticos, volatilidade dos juros e recuo da bolsa”.

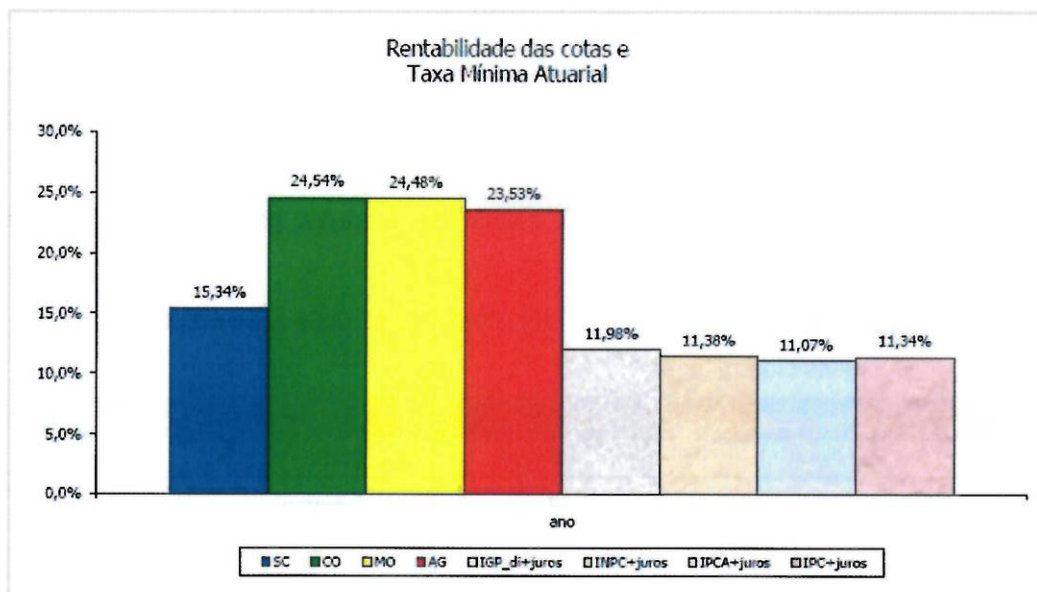
Ainda no que diz respeito à elaboração da justificativa técnica, conforme mencionamos no relatório do primeiro semestre havia uma pendência em relação à emissão do relatório do mês de junho, apuramos que este foi devidamente elaborado e está disponível para consulta na Entidade, em conformidade com a Instrução Previc nº 2, art. 15.

Conclusão do Conselho Fiscal

Entendemos que as metas traçadas pela atual Política de Investimentos estão alinhadas com os objetivos de longo prazo da Entidade e seguimos acompanhando os resultados versus as metas estabelecidas.

1.9 Cota Contábil x Taxa Mínima Atuarial

A seguir apresentamos a rentabilidade da Cota Contábil, segregada por perfil de investimento Super Conservador (SC), Conservador (CO), Moderado (MO) e Agressivo (AG) versus a Taxa Mínima Atuarial.

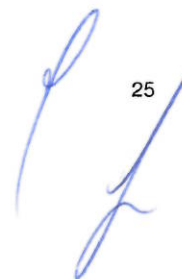


Fonte: Relatório da Diretoria dezembro - 2016

Observando o gráfico acima podemos constatar que no acumulado do ano todos os perfis estão positivos. Conservador, moderado e agressivo ficaram bem acima da meta devido ao rendimento da carteira de investimentos.

Conclusão do Conselho Fiscal

Além da análise da cota contábil, este conselho mensalmente recebe da Diretoria Executiva da Entidade, relatórios para o acompanhamento dos resultados dos fundos de investimentos e rentabilidades das cotas versus meta atuarial, meta gerencial, entre outros, assim como as justificativas relacionadas à oscilação destes índices o que nos permite recomendar ações tempestivas, caso seja necessário.



1.10 Plano de Gestão Administrativa

A Resolução CGPC Nº 29, que dispõem sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas de EFPC, em seu Art. 12 estabelece que caberá ao Conselho Fiscal o acompanhamento e controle da execução orçamentária e dos indicadores de gestão das despesas administrativas.

Apresentamos a seguir o acompanhamento dos indicadores I e II de gestão das despesas administrativas, referente ao acumulado do ano de 2016, conforme previsto no Regulamento do PGA e metas estabelecidas na ata do Conselho Deliberativo, datada em 30/12/2015.

I – Taxa de Administração Total: Mede a relação das despesas administrativas totais sobre os recursos garantidores dos planos.

$\frac{\text{Despesas administrativas totais}}{\text{Recursos Garantidores}} \times 100 = \text{Taxa de Administração Total}$

Taxa de Administração Total	Indicador	Meta	Varição
HP Prev	0,27%	0,25%	7%

Fonte: Acompanhamento do orçamento - 2016

II- Custo Médio de administração total por participante e assistido: Apura a média de despesas por participante e assistido, ou seja, qual o custo total médio para administrar cada participante e assistido.

$\frac{\text{Despesas administrativas totais}}{\text{Nº de participantes + assistidos}} \times 100 = \text{Custo Médio de Administração/Participante}$

Plano	Indicador	Meta	Varição
HP	R\$ 563,20	493,46	14%

Plano	Indicador	Meta	Varição
Agilent	R\$ 3.439,69	3467,69	-1%

Fonte: Acompanhamento do orçamento - 2016

O Regulamento do PGA estabelece que variações acima de 10% (dez por cento) devem ser justificadas, face ao exposto a Diretoria Executiva nos informou que a variação do custo médio de administração total por participante e assistido no Plano HP, ocorreu devido ao fato o número estimado de participante foi abaixo do previsto.

1.11 Execução Orçamentária

Em consonância com a Resolução CGPC nº 13/2004, a Entidade deve apresentar o acompanhamento de sua execução orçamentária a cada manifestação semestral do Conselho Fiscal.

Na elaboração do acompanhamento orçamentário do ano, foram confrontados dados dos balancetes consolidados e por plano acumulados até dezembro de 2016, com o orçamento também acumulado até dezembro de 2016, conforme demonstramos abaixo:

ACUMULADO ATÉ DEZEMBRO/2016			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	Orçado	Realizado	Variação
PLANO HP			
GESTÃO PREVIDENCIAL	R\$ 2.212.473,23	R\$ 2.303.887,18	4%
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	R\$ 220.761,36	R\$ 217.558,47	-1%
PLANO AGILENT			
GESTÃO PREVIDENCIAL	R\$ 603.529,48	R\$ 664.412,40	10%
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	R\$ 62.265,96	R\$ 61.362,65	-1%
CONSOLIDADO HP PREV			
GESTÃO PREVIDENCIAL	R\$ 2.816.002,71	R\$ 2.968.299,58	5%
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	R\$ 283.027,32	R\$ 278.921,12	-1%

Fonte: Acompanhamento orçamentário dezembro – 2016

As despesas administrativas da Gestão Previdencial são relacionadas à administração dos Planos de Benefícios e as despesas administrativas dos Investimentos representam os custos com a gestão desses investimentos. Esses custos são escriturados nos respectivos fundos exclusivos e são compostos por: taxa de administração fiduciária, gestão e custódia, CVM, CETIP, SELIC, auditoria e outras de menor valor, incidentes na administração dessa atividade.

Com base nas informações da tabela acima podemos observar que neste semestre a variação dos Planos HP e Agilent entre os valores orçados e realizados não foi superior a 10% (dez por cento), não sendo necessária justificativa, conforme previsto no Regulamento do PGA.

1.11.1 Orçamento de Seguridade

Adotando as melhores práticas de gestão orçamentaria a HP Prev estima anualmente os valores de contribuições e pagamentos para o exercício seguinte. A seguir apresentamos as variações ocorridas neste semestre:

ACUMULADO ATÉ DEZEMBRO/2016			
GESTÃO PREVIDENCIAL	Orçado	Realizado	Varição
PLANO HP			
TOTAL DE ADIÇÕES PREVIDENCIAIS	R\$ 61.687.362,67	R\$ 53.568.559,25	-13%
TOTAL DE DEDUÇÕES PREVIDENCIAIS	R\$ 32.682.713,76	R\$ 68.371.289,20	109%
PLANO AGILENT			
TOTAL DE ADIÇÕES PREVIDENCIAIS	R\$ 4.055.287,74	R\$ 3.861.378,60	-5%
TOTAL DE DEDUÇÕES PREVIDENCIAIS	R\$ 3.735.127,35	R\$ 2.983.125,48	-20%

Fonte: Acompanhamento orçamentário dezembro – 2016

De acordo com as informações apuradas junto a Diretoria Executiva da Entidade, a variação no volume de Deduções Previdenciais no Plano HP, ocorreu em função do aumento de concessão de aposentadoria, regates, pagamento de pecúlio e portabilidade e a variação negativa na conta Adições se deve ao fato da redução do número de participantes. E, no Plano Agilent a variação da conta Deduções, deve-se ao fato de redução no número de participantes.

Conclusão do Conselho Fiscal

Com base nas informações apuradas o Conselho Fiscal concluiu que a Entidade está realizando o acompanhamento das Despesas Administrativas e de Investimentos, assim como das Adições e Deduções dos planos por ela administrados em conformidade com as boas práticas de gestão orçamentária e com as legislações pertinentes.

2. Gestão do Passivo

A resolução do CNPC nº 15 e 24 de novembro de 2014 - estabelece no item 13 que “Compete ao Conselho Fiscal atestar, mediante fundamentação e documentação comprobatória, a existência de controles internos destinados a garantir o adequado gerenciamento dos riscos atuariais”, bem como as ações para a busca da sustentabilidade de longo prazo dos planos de benefícios se manifestando em relação à “adequação das hipóteses e premissas atuariais, regimes financeiros e métodos de financiamento adotados no plano de benefícios”.

A Instrução Previc nº 23 de 2015 dispõe sobre orientações e procedimentos a serem adotados na “realização dos estudos técnicos que visem a atestar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios”.

Diante do exposto, acompanhamos e aprovamos o estudo atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela HP Prev, conforme evidenciado na ata do Conselho Deliberativo datada em 30/11/2016. Nesta ocasião o atuário da consultoria Willis Towers Watson apresentou a todos os órgãos estatutários, inclusive com a presença deste Conselho, o resultado das avaliações dos planos HP e Agilent, bem como o estudo de aderência da taxa real de juros e emitiu o parecer atuarial dos planos em conformidade com as legislações. Neste parecer (disponível para consulta na Entidade) estão contemplados:

- ✓ Análise dos resultados da avaliação atuarial dos Planos HP e Agilent;
- ✓ Análise do resultado do Plano HP segregado por grupo de custeio (HPE, HPI e Serviços);
- ✓ Análise dos dados com base no resultado da última avaliação;
- ✓ Análise da cobertura do passivo atuarial no ano de 2016;
- ✓ Análise das hipóteses econômicas e financeiras;
- ✓ Análise das hipóteses biométricas e demográficas;
- ✓ Plano de custeio para o exercício de 2017.

A Towers concluiu na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular dos planos administrados pela HP Prev, sendo estes o Agilent relativo às patrocinadoras Keysight, Agilent Technologies e Dako e HP relativo à patrocinadora HP “se encontram financeiramente equilibrados em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos”.

E por fim, conforme mencionamos no relatório do semestre passado seguimos acompanhando o processo de cisão com transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios Agilent para o MULTIPREV – Fundo Múltiplo de Pensão e cisão Plano de Benefícios Agilent com transferência de gerenciamento da parcela cindida relativa aos participantes e assistidos vinculados à Patrocinadora Keysight para o Icatu Fundo Multipatrocinado.

No que diz respeito a este processo constatamos na ata do Conselho Deliberativo datada em 12/09/2016, em atendimento ao Ofício nº 2502/CGTR/DITEC/PREVIC de 17/08/2016, que foram celebrados o 1º Termo Aditivo ao Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e Transferência de Gerenciamento do Plano de Benefícios Agilent e o 1º Termo Aditivo ao Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e Transferência de Gerenciamento da Parcela Cindida do Plano de Benefícios Agilent.

Além disso, verificamos também que na ata do Conselho Deliberativo, datada em 18/10/2016, foi aprovado o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão ao Plano de Benefícios HP a ser celebrado entre a HP Prev e a patrocinadora Hewlett-Packard Serviços Ltda. para exclusão da solidariedade desta patrocinadora em relação às demais patrocinadoras do referido Plano e este será enviado pela Diretoria Executiva, juntamente com a documentação pertinente para análise e aprovação da Previc.

Conclusão do Conselho Fiscal

Face ao exposto, este conselho constatou que a HP Prev está em conformidade com as exigências legais aplicáveis no que diz respeito à adequação e aderência das hipóteses e premissas atuariais dos planos de benefícios, assim como equilíbrio financeiro.

2.1. Gestão Previdencial

A seguir apresentamos o acompanhamento das situações dos participantes por plano de benefícios, comparando o cenário do ano de 2015 e 2016.

Plano HP	Estatísticas		
	2015	2016	Varição
	Quantidade de Participantes		
Ativo	3.089	2.499	-19%
Assistido	219	253	16%
BPD	421	498	18%
Autopatrocinado	435	475	9%
Total	4164	3725	-11%

Plano Aligent	Estatísticas		
	2015	2016	Varição
	Quantidade de Participantes		
Ativo	144	151	5%
Assistido	13	16	23%
BPD	19	20	5%
Autopatrocinado	11	8	-27%
Total	187	195	4%

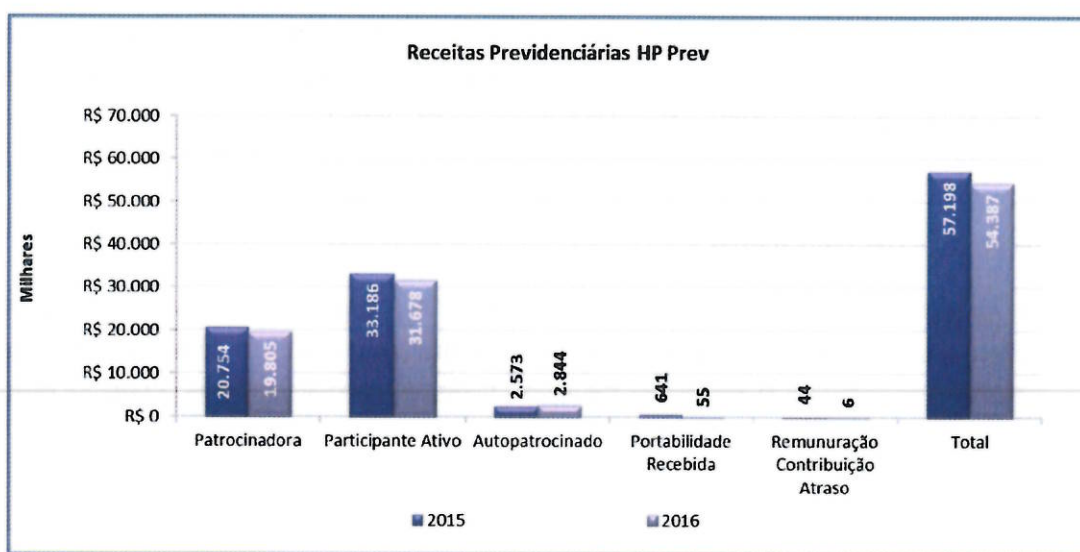
Fonte: Relatório da Entidade de Gestão Previdencial – 2016

De acordo com as informações apuradas junto a Entidade, observamos que no Plano HP houve uma redução de 19% no número de participantes ativos o que representa uma queda no número de adesões e o aumento dos participantes assistidos e BPD indicam a entrada no programa de aposentadoria.

Já no Plano Agilent houve um aumento de 5% nos participantes ativos, o que indica o aumento da adesão e também um aumento no número de participantes assistidos, o que significa que os participantes entraram no programa de aposentadoria. Vale destacar ainda que o Plano Agilent apresentou uma queda de 27% dos participantes autopatrocinados, indicando que a maioria dos participantes desligados optou pela portabilidade do benefício.

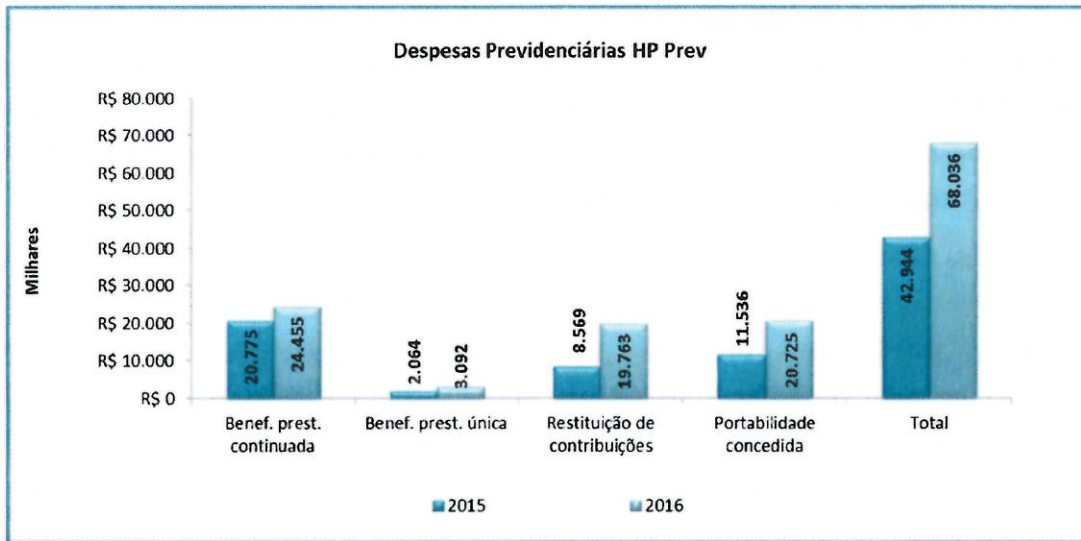
Na análise das informações do ano de 2016 a Diretoria Executiva da Entidade nos informou que 1.965 funcionários foram desligados dos quais 752 eram participantes dos planos. Houve 354 resgates, 122 portabilidades, 100 opções pelo instituto do autopatrocínio e 225 opções pelo instituto do benefício proporcional diferido. E, por fim, foram concedidos 53 benefícios de prestação continuada.

Ainda no que diz respeito à Gestão Previdencial, nos gráficos a seguir demonstramos o comparativo do ano de 2015 com o ano de 2016 das receitas e despesas previdenciárias dos Planos HP e Agilent, consolidados.



Fonte: Relatório da Entidade de Gestão Previdencial – 2016

Ao analisarmos as Receitas Previdenciárias podemos observar que no ano de 2016 houve uma pequena diminuição no total de receitas, fechando dezembro com 54 milhões.



Fonte: Relatório da Entidade de Gestão Previdencial – 2016

Já com relação às Despesas Previdenciais, observamos um aumento de 58% ao compararmos as informações do ano de 2015, esse aumento foi influenciado pelo aumento do número de Restituição de contribuições (131%) e Portabilidade concedida (80%).

Conclusão do Conselho Fiscal

Podemos constatar que a Entidade esta acompanhando periodicamente as movimentações dos participantes, assim como as receitas e despesas realizadas, essas práticas podem ser utilizadas como subsidio para ações do Programa de Educação Financeira e Previdenciária, citada no item 4 deste relatório.

3. Governança

A Resolução CGPC nº 13/2004, trouxe para o âmbito das EFPCs princípios, recomendações e obrigações para a prática de governança corporativa, que agregam valor ao resultado e convergem para adoção de um comportamento ético.

Cabe a Entidade adotar gestão de riscos e controles internos e princípios, regras e práticas de governança (relações entre órgãos estatutários da EFPC com participantes, assistidos, patrocinadores, instituidores, fornecedores de produtos e serviços, autoridades e outras partes interessadas) adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

Com o objetivo de assegurar aos participantes equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados e obediência às leis do país, nós do Conselho Fiscal juntamente com o Conselho Deliberativo e a Diretoria participamos da apresentação, análise e discussão das demonstrações contábeis e dos pareceres da auditoria, além das notas explicativas, gestão de recursos e dos passivos, aprovados e registrados em atas disponíveis para consulta na Entidade.

3.1. Certificação, Habilitação e Qualificação dos agentes de Governança

A Resolução CNPC nº 21 de 18 de junho de 2015 que alterou o artigo 5º da Resolução CNPC nº 19 de 30 de março de 2015, citado abaixo, que dispõe sobre os **processos** de certificação, habilitação e qualificação no âmbito de EFPC:

Art. 5º Será exigida certificação para o exercício dos seguintes cargos e funções:

I- membro da diretoria-executiva;

II- membro do conselho deliberativo e do conselho fiscal;

III- membro dos comitês de assessoramento que atuem na avaliação e aprovação de investimentos; e

IV- demais empregados da EFPC diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos

Vale destacar que, de acordo com a referida resolução nos incisos I, II e III terão prazo de um ano, a contar da data da posse, para obterem a certificação, exceto o AETQ e as pessoas relacionadas no inciso IV, que deverão estar certificados previamente ao exercício dos respectivos cargos.

Ainda em se tratando do art.5º da resolução 19, podemos observar que a Resolução nº 21, de 18 de junho de 2015, determina que o mesmo no § 2º passa a vigorar com a seguinte redação “a certificação prevista no caput será exigida para a maioria dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal”. Além disso, o artigo 8º da Resolução CNPC nº 19/ 2015 estabelece que “o relatório de

controles internos emitido pelo Conselho Fiscal deverá registrar a conformidade da EFPC em relação ao processo de certificação, habilitação e qualificação”.

A Instrução Previc nº 28, de 12 de maio de 2016, alterada pela Instrução nº 30, de 22 de junho de 2016, estabelece os **procedimentos** para certificação, habilitação e qualificação dos dirigentes de fundos de pensão e tem por objetivo garantir aplicabilidade à Resolução CNPC nº 19.

No que diz respeito à conformidade da HP Prev em relação às referidas legislações, podemos concluir que conforme mencionado no relatório do semestre passado houve a transferência da gestão do Plano Agilent, sendo assim os membros do Conselho Fiscal Fulvio Cassalanovo Jr. e Taís Carvalho de Almeida; Paulo Zicari di Monte membro do conselho Deliberativo e Rui Villela Ferreira membro da diretoria executiva deixaram de fazer parte do quadro de dirigentes da Entidade, a partir de 31/01/2017.

No entanto, neste conselho ainda temos dois integrantes que não estão em conformidade com o prazo - um ano, a contar da data da posse - para obter certificação, habilitação e qualificação, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Órgão Estatutário	Nome	Mandato	Validade do Certificado
Conselho Fiscal	Marcelo Baldassare	06/04/2015 - 05/04/2018	Está em processo de certificação
	Renato Barbieri Baraglio	06/04/2015 - 05/04/2018	15/03/2019
	Mauro Borges Guaraciaba	06/04/2015 - 05/04/2018	Está em processo de certificação
Conselho Deliberativo	Alberto Hiroshi Okawa	06/04/2015 - 05/04/2018	01/05/2018
	Honorio Ryoze Yano	06/04/2015 - 05/04/2018	24/04/2018
	Claudio Raupp Fonseca	06/04/2015 - 05/04/2018	01/03/2018
	Abel Rothmann Reigada	06/04/2015 - 05/04/2018	Está em processo de certificação
Diretoria Executiva	João Carlos Ferreira (AETQ)	06/04/2015 - 05/04/2018	21/09/2019
	Clodoaldo Albuquerque	06/04/2015 - 05/04/2018	04/03/2018
	Claudia Regina Giusti	06/04/2015 - 05/04/2018	01/04/2018

Fonte: Controle Gerencial da Entidade – data base dezembro/2016

Conclusão do Conselho Fiscal

Este conselho segue acompanhando em conjunto com a Entidade os processos de certificação e entende que a HP Prev está buscando a adequação a este item. Além disso, a Diretoria Executiva nos informou que às Patrocinadoras do Plano HP ainda não nomearam de novos integrantes para o Conselho Fiscal.

4. Gestão de Riscos e Controles Internos

A Resolução CGPC nº 13/2004, em seu artigo 12, "Todos os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da EFPC devem ser continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados".

Conforme mencionado no relatório do semestre anterior, este Conselho segue acompanhando o status dos planos de ação sugeridos pela consultoria de risco operacional, para mitigação das maiores exposições aos riscos identificados. Na tabela a seguir apresentamos os planos de ação sugeridos que estão em fase de desenvolvimento com previsão de conclusão para o 1º semestre de 2017.

Risco Identificado	Plano de Ação	Prazo para Implementação
Risco Operacional de Falha Humana	Formalização e definição de critérios para as inclusões e/ou alterações cadastrais no Manual de Procedimentos do processo de "Beneficiário Indicado".	2º semestre de 2015
Risco de Contencioso	Formalizar os critérios de provisionamento dos valores das ações, bem como a classificações de possíveis, prováveis e remotas definidas com o Terceiro no relatório mensal de acompanhamento/atualização dos processos, enviado pelo escritório.	2º semestre de 2015

Fonte: Relatório do Resultado do 3º Ciclo de Autoavaliação 2015

Além disso, a Diretoria Executiva nos informou que em dezembro de 2016 o contrato com a empresa Risk Office/Aditus (consultoria de risco operacional) não foi renovado e que no primeiro semestre de 2017, iniciou o processo para contratação de uma nova consultoria para apoiar a Entidade na realização do 4º ciclo de autoavaliação e na Elaboração da Manifestação semestral deste conselho.

Conclusão do Conselho Fiscal

Este conselho apurou que conforme nossa sugestão a Entidade avaliou um novo prazo para implementação das ações sugeridas, sendo este 1º semestre de 2017. E por fim, sugerimos que após a finalização do processo de contratação a HP Prev seja elaborado um cronograma para realização do 4º ciclo de autoavaliação em cumprimento a realização de ciclos bianuais.

4.1. Acompanhamento dos Ofícios da Previc

2016-04-18 – Ofício nº 032/2016 – Diligência Fiscal

Por meio do Ofício Circular nº 032, datado em 18 de abril de 2016, a ERSP/PREVIC, comunicou a HP Prev da diligência fiscal de itens de caráter geral e itens específicos e solicitou a disponibilização uma lista de documentos que seriam analisados pelos Auditores Fiscais da Receita Federal.

Último Status: este conselho constatou que os documentos foram disponibilizados, além disso, a HP Prev também prestou eventuais esclarecimentos aos auditores. No entanto, até o presente semestre não houve por parte do Coordenador da Previc a manifestação em relação ao resultado da fiscalização e este conselho segue acompanhando.

2016-08-17 – Ofício nº 2502 - Cisão do Plano de Benefícios Agilent.

Por meio do Ofício Circular nº 2502, datado em 17 de agosto de 2016, a CGTR/DITEC/PREVIC que trata da Cisão do Plano de Benefícios Agilent, CNPB n.º 1999.0038-29, com transferência de gerenciamento dos planos resultantes para o Multiprev e para o Icatu. Comando n.º 417218041.

Último Status: Constatamos que o assunto foi tratado nos termos do Parecer n.º 165/2016/CGTR/DITEC/PREVIC e identificamos que o Plano original permanecerá com a mesma denominação e será transferido para o Multiprev, enquanto que o plano resultante, a ser denominado Plano de Benefícios Keysight, será transferido para Icatu e os direitos dos participantes e assistidos do Plano Agilent serão mantidos, sem qualquer prejuízo. Além disso, conforme mencionamos no item 2 deste relatório foi elaborado o 1º Termo Aditivo ao Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e Transferência de Gerenciamento da Parcela Cindida do Plano de Benefícios Agilent e enviado à Previc.

4.2. Acompanhamento dos Relatórios Circunstanciados

2016-09-12 – Relatório Circunstanciado nº 04/2016 – Justificativa para permanência dos ativos TEPE31, TEPE11, TEPE21 e TEPE41 do emissor Termelétrica Pernambuco III.

Em 12/09/2016 a área de enquadramento do administrador fiduciário BNY Mellon, informou que os ativos TEPE31, TEPE11, TEPE21 e TEPE41 do emissor Termelétrica Pernambuco III tiveram a sua nota de risco rebaixada em 08/09/2016, de A-(bra) para BB(bra) passando da condição de baixo/médio risco para alto.

Último Status: diante do exposto este conselho pode constatar no relatório circunstanciado 04/2016, que a HP Prev manterá as debêntures do emissor Termelétrica Pernambuco III dentro do Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado HBRP SC III e no Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado HBRP CMA III, cujo gestor é Western Asset, uma vez que o volume de recursos investido no fundo SC III representa aproximadamente 0,2950% do PL total do mesmo, equivalente a R\$ 149,6 MM e no fundo CMA III representa 0,6712% do PL total do mesmo, equivalente a R\$ 366,1 MM. Vale ressaltar que esta decisão levou em consideração o item 2.15.2 da Política de Investimentos vigente.

4.3. Monitoramento das Obrigações Legais

A Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada) anualmente disponibiliza um calendário de obrigações legais a serem cumpridas pelas EFPCs, contemplando a descrição da obrigação, fundamentação, prazo legal e modalidade de envio. A HP Prev realizava o controle do cumprimento de suas obrigações legais, conforme o calendário Abrapp, através do sistema de gerenciamento de riscos e controles da Risk Office/Aditus, devido ao cancelamento do contrato com a referida empresa em dezembro de 2016, nos relatórios disponibilizados constatamos que as baixas destas obrigações no sistema não foram realizadas tempestivamente. No entanto, a Diretoria Executiva nos informou que todas as obrigações legais foram devidamente entregues no prazo não havendo a necessidade de elaboração de relatórios circunstanciados.

Conclusão do Conselho Fiscal

Com base nas informações apuradas não houve atraso na entrega das obrigações legais, mas sugerimos que a Entidade avalie outra ferramenta para evidenciar o compliance o cumprimento das obrigações do calendário ABRAPP.

5. Recomendações emitidas pelo Conselho Fiscal

Neste item reiteramos nossas recomendações e estas devem ser acompanhadas nos relatórios subsequentes. No relatório do semestre anterior foram feitas duas recomendações:

1. Recomendação Item 1.8 DNP – Divergência Não Planejada
 - A Entidade deve elaborar da Justificativa da DNP referente ao mês de junho de 2016.
Prazo: Janeiro de 2017.

Último Status: apuramos que o Relatório de justificativa técnica foi devidamente elaborado e está disponível para consulta na Entidade.

2. Recomendação Item 3.1 Certificação, Habilitação e Qualificação dos agentes de Governança.
 - A Entidade deve elaborar um Plano de Ação para acompanhar o andamento das fases de nomeação, habilitação e certificação dos conselheiros.
Prazo: Fevereiro de 2017.

Último Status: constamos que o plano de ação não foi elaborado, visto que novos integrantes ainda não foram nomeados.

6. Considerações finais

A HP Prev está realizando as obrigações legais e regulamentares propostas às EFPC, adotando princípios, regras e práticas de governança, além de zelar pela adequação e aderência da política de investimento, das premissas e das hipóteses atuariais dos planos de benefícios, do acompanhamento orçamentário e do PGA conforme solicitado pela Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), através da Resolução CGPC nº 13/2004.

São Paulo, 26 de maio de 2017.



Marcelo Augusto Baldassare de Souza



Renato Barbieri Baraglio



Mauro Borges Guaraciaba